

# NEWSLETTER DIGESTO N.º 1/2017

Disponibilização: 16 de janeiro de 2017

Período abrangido: 2 a 13 de janeiro de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros  
Secretaria-Geral

## Índice Temático

1. Administração Eletrónica e Simplificação Administrativa
2. Administração Interna
3. Agricultura, Caça e Pescas
  - Agricultura e Agropecuária
  - Florestas
  - Pescas
  - Vitivinicultura
4. Ambiente
5. Cultura
6. Defesa/Forças Armadas
7. Desporto
8. Educação
9. Energia
10. Finanças
  - Contribuições e Impostos
11. Governo
12. Habitação
13. Justiça
14. Regiões Autónomas
  - Madeira
15. Saúde
16. Segurança Social
17. Transportes

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

## 1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2017, de 2 de janeiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Fixa as regras de gestão relativas às Lojas e Espaços do Cidadão.

[Decreto-Lei n.º 1/2017, de 5 de janeiro](#)  
(Planeamento e das Infraestruturas)

Elimina a obrigatoriedade de aprovação dos selos postais pelo Governo e elimina a obrigatoriedade de registo dos utilizadores, passando as estações de Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão a reger-se pelo regime geral das radiocomunicações, constante do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, dando cumprimento às medidas «Selos simples» e «Banda do Cidadão» do Programa SIMPLEX+ 2016.

[Decreto-Lei n.º 6/2017, de 6 de janeiro](#)  
(Mar)

Cria a Fatura Única Portuária por Escala de Navio.

## 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 9-A/2017, de 5 de janeiro](#)  
(Finanças e Administração Interna)

Aprova o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP).

[Decreto-Lei n.º 9/2017, de 10 de janeiro](#)  
(Administração Interna)

Estabelece requisitos na colocação no mercado de explosivos e munições e transpõe a Diretiva n.º 2014/28/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.

[Portaria n.º 19/2017, de 11 de janeiro](#)  
(Finanças e Administração Interna)

Estabelece os valores a cobrar pelas forças de segurança como contrapartida da prestação de serviços e das atividades especialmente desenvolvidas em benefício das entidades requisitantes.

### 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

[Portaria n.º 2/2017, de 2 de janeiro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, com a redação dada pela Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da Medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola» do PDR 2020.

[Portaria n.º 8/2017, de 4 de janeiro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o limite máximo de colmeias por apiário na região Centro.



- FLORESTAS

[Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português e define os apoios públicos de que estas podem beneficiar.

[Portaria n.º 25/2017, de 13 de janeiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime de aplicação dos prémios à manutenção e por perda de rendimento a que podem ter direito os beneficiários dos apoios correspondente às operações 8.1.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», e 8.1.2, «Instalação de sistemas agroflorestais», inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável», da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

- PESCAS

[Despacho n.º 15775-F/2016, de 30 de dezembro](#)

(Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas)

Fixa um período de interdição de captura com a arte de cerco, manutenção a bordo e descarga de sardinha, entre o dia 1 de janeiro e o dia 28 de fevereiro de 2017.

[Despacho n.º 42/2017, de 2 de janeiro](#)

(Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas)

Estabelece, para o ano de 2017, os períodos de defeso para a pesca no rio Mondego.

[Decreto-Lei n.º 10/2017, de 10 de janeiro](#)

(Mar)

Institui um regime comunitário de controlo a fim de assegurar o cumprimento das regras da Política Comum das Pescas.

[Portaria n.º 23/2017, de 12 de janeiro](#)

(Mar)

Procede à sexta alteração do Regulamento da Pesca no Rio Lima, aprovado pela Portaria n.º 561/90, de 19 de julho, alterado pelas Portarias n.os 17-A/99, de 12 de janeiro, 27/2001, de 15 de janeiro, 38-B/2001, de 17 de janeiro, 80/2004, de 21 de janeiro, e 1220/2010, de 3 de dezembro.

- VITIVINICULTURA

[Aviso n.º 521/2017, de 11 de janeiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.)

Publicita os valores da taxa de certificação a cobrar no ato de certificação pelas entidades certificadoras, no ano de 2017.

[Portaria n.º 26/2017, de 13 de janeiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece as regras complementares relativas à designação, apresentação e rotulagem dos produtos do setor vitivinícola previstos no Regulamento (CE) n.º 110/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008, na sua redação atual, no Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro e no Regulamento n.º 251/2014, do Parlamento e do Conselho, de 26 de fevereiro, com direito ou não a denominação de origem (DO) ou indicação geográfica (IG).

#### 4. AMBIENTE

[Despacho n.º 538-B/2017, de 9 de janeiro](#)  
(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Define o plano anual de atribuição de apoios e utilização das receitas do Fundo Ambiental.

[Aviso n.º 557-A/2017, de 11 de janeiro](#)  
(Ambiente - Secretaria -Geral)

Procede à abertura de candidaturas à atribuição de apoio pelo Fundo Ambiental à substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos destinados à mesma utilização no âmbito da atividade desenvolvida pelas autarquias.

#### 5. CULTURA

[Decreto n.º 1/2017, de 2 de janeiro](#)  
(Cultura)

Classifica como monumento nacional o Santuário de Santa Maria Madalena da Falperra, em Falperra, freguesia de Longos e União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, concelhos de Guimarães e Braga, distrito de Braga.

#### 6. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

[Decreto-Lei n.º 2/2017, de 6 de janeiro](#)  
(Defesa Nacional)

Aprova o regime de entrada de navios de guerra, de aeronaves e de forças terrestres estrangeiras.

## 7. DESPORTO

### [Despacho n.º 489/2017, de 9 de janeiro](#)

(Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto)

Reconhece como sendo de interesse público «Gondomar Cidade Europeia do Desporto 2017».

## 8. EDUCAÇÃO

### [Portaria n.º 2/2017, de 3 de janeiro](#)

(Finanças e Educação - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e da Educação)

Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as escolas privadas que ministram cursos vocacionais de nível secundário.

### [Portaria n.º 9/2017, de 5 de janeiro](#)

(Educação)

Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2016-2017.

### [Despacho n.º 436-A/2017, de 6 de janeiro](#)

(Educação - Gabinete do Ministro)

Aprova o Orçamento Participativo das Escolas que tem como objetivos contribuir para as comemorações do Dia do Estudante e estimular a participação cívica e democrática dos estudantes.



[Despacho n.º 674/2017, de 11 de janeiro](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior)

Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2017-2018.

## 9. ENERGIA

[Regulamento da CMVM n.º 4/2016, de 3 de janeiro](#)

(Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)

Procede à sexta alteração ao Regulamento da CMVM n.º 7/2003, de 30 de agosto, que aprovou a nova estrutura de taxas relativas aos atos de supervisão, do mercado de valores mobiliários a cargo da CMVM.

[Diretiva n.º 1/2017, de 3 de janeiro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Estabelece os valores das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2017.

[Portaria n.º 20/2017, de 11 de janeiro](#)

(Economia)

Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável.

[Diretiva n.º 2/2017, de 12 de janeiro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova os perfis de perdas, perfis de consumo, perfis de produção e perfis para instalações de autoconsumo aplicáveis em 2017.

## 10. FINANÇAS

[Portaria n.º 14/2017, de 10 de janeiro](#)

(Finanças, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Mar)

Estabelece o procedimento de emissão, disponibilização e cobrança voluntária da Fatura Única Portuária por Escala de Navio.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-A/2017, de 12 de janeiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2017.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Portaria n.º 345-A/2016, de 30 de dezembro](#)

(Finanças)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada claramente mais favoráveis (paraísos fiscais).

[Portaria n.º 345-B/2016, de 30 de dezembro](#)

(Finanças)

Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2017.

[Portaria n.º 345-C/2016, de 30 de dezembro](#)  
(Finanças e Economia)

Atualiza o valor da taxa unitária do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos aplicável no continente à gasolina sem chumbo e ao gasóleo rodoviário.

[Despacho n.º 15775-D/2016, de 30 de dezembro](#)  
(Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Fixa para o ano de 2016 as prestações pecuniárias suportadas pelos operadores obrigados à constituição e manutenção de reservas estratégicas de petróleo.

[Portaria n.º 10/2017, de 9 de janeiro](#)  
(Finanças)

Atualiza o valor da taxa do adicionamento sobre as emissões de CO(índice 2).

[Portaria n.º 11/2017, de 9 de janeiro](#)  
(Finanças)

Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de Imposto Municipal sobre os Imóveis.

[Portaria n.º 17/2017, de 11 de janeiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros e Finanças e Economia)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 246-A/2016, de 8 de setembro, que estabelece as condições e os procedimentos do regime de reembolso parcial de impostos sobre combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias.

[Portaria n.º 22/2017, de 12 de janeiro](#)  
(Finanças e Cultura)

Fixa os procedimentos que deverão ser observados pelas pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota equivalente a 0,5 % do IRS liquidado, nos termos do artigo 152.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

[Portaria n.º 24/2017, de 13 de janeiro](#)  
(Finanças)

Aprova as novas instruções de preenchimento da Declaração Modelo 49 para cumprimento da obrigação prevista no artigo 60.º n.os 3 e 4 do Código do IRS.

## 11. GOVERNO

[Decreto n.º 2-A/2017, de 9 de janeiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Decreta luto nacional pelo falecimento de Mário Soares.

## 12. HABITAÇÃO

[Portaria n.º 345-D/2016, de 30 de dezembro](#)  
(Finanças e Ambiente)

Atualiza os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2017.

## 13. JUSTIÇA

### [Acórdão n.º 360/2016, de 4 de janeiro](#) (Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional interpretação normativa retirada dos artigos 383.º a 386.º do Código dos Valores Mobiliários (processo de averiguações promovido pela CMVM) e interpretação normativa retirada dos artigos 116.º e 120.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, 361.º do Código dos Valores Mobiliários, 41.º e 54.º do Regime Geral das Contraordenações, e 126.º e 261.º do Código de Processo Penal (supervisão dos Reguladores, dever de colaboração e prova em processo sancionatório).

### [Parecer n.º 12/2016, de 4 de janeiro](#) (Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Emite Parecer sobre o Contrato de concessão para a prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos celebrado com a Portfuel - Petróleo e Gás de Portugal, Lda., em 25 de setembro de 2015, para as áreas onshore da Bacia do Algarve, denominadas Aljezur e Tavira.

### [Parecer n.º 12/2016-C, de 9 de janeiro](#) (Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Emite Parecer sobre o Contrato de concessão para a prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos celebrado com a Portfuel - Petróleo e Gás de Portugal, Lda., em 25 de setembro de 2015, para as áreas onshore da Bacia do Algarve, denominadas Aljezur e Tavira.



## 14. REGIÕES AUTÓNOMAS

### [Portaria n.º 345-E/2016, de 30 de dezembro](#) (Cultura e Planeamento e Infraestruturas)

Regula os termos e condições do financiamento dos incentivos do Estado à comunicação social nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro.

- MADEIRA

### [Aviso n.º 2/2017/M, de 11 de janeiro](#) (Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Prorroga por mais um ano o prazo de vigência das medidas preventivas a que ficou sujeita a área afeta ao Parque Empresarial de Machico, abrangida pela suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Machico, determinada pela Resolução n.º 1260/2014, publicada a 23 de dezembro.

### [Decreto Legislativo Regional n.º 1/2017/M, de 13 de janeiro](#) (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Regula as atividades de produção, receção (incluindo transporte), armazenagem e distribuição e comercialização por grosso de ovos no território da Região Autónoma da Madeira.

## 15. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 5/2017, de 6 de janeiro](#)  
(Saúde)

Aprova os princípios gerais da publicidade a medicamentos e dispositivos médicos.

[Decreto-Lei n.º 7/2017, de 9 de janeiro](#)  
(Saúde)

Cria o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P.

[Despacho n.º 538-A/2017, de 9 de janeiro](#)  
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Cria o Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/SIDA, Tuberculose e Hepatites Virais, estrutura consultiva do Programa Nacional para a infeção VIH/SIDA e Tuberculose e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

[Portaria n.º 15/2017, de 10 de janeiro](#)  
(Finanças e Saúde)

Transfere as competências do Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (ARSLVT, I. P.), na parte relativa ao Laboratório de Saúde Pública - Unidade Analítica de Apoio à Autoridade de Saúde, para o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.).

[Despacho n.º 679/2017, de 11 de janeiro](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Redefine a estratégia de acesso a técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA) no Serviço Nacional de Saúde (SNS), definindo como objetivo estratégico, entre outros, o desenvolvimento de uma rede nacional de Centros Públicos PMA afiliados ao Banco Público de Gâmetas.

[Despacho n.º 780/2017, de 12 de janeiro](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina o desenvolvimento, no Serviço Nacional de Saúde (SNS), de um projeto-piloto com o objetivo de dotar os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) de Lisboa Central e de Loures/Sacavém da capacidade de internalização da realização de exames complementares de diagnóstico no âmbito da cardiologia.

## 16. SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 3/2017, de 3 de janeiro](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à atualização do valor de referência do complemento solidário para idosos.

[Portaria n.º 4/2017, de 3 de janeiro](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

[Portaria n.º 5/2017, de 3 de janeiro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à alteração da Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que institui o rendimento social de inserção e procede à fixação do valor do rendimento social de inserção - RSI).

[Portaria n.º 6/2017, de 4 de janeiro](#)

(Cultura e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Aprova o Regulamento de Gestão de Documentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

[Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de proteção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social dos militares das Forças Armadas e dos militares da Guarda Nacional Republicana subscritores do regime convergente e contribuintes do regime geral.

[Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do pessoal da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e pessoal das demais carreiras de apoio à investigação criminal responsável por funções de inspeção judiciária e recolha de prova da Polícia Judiciária e do pessoal do corpo da Guarda Prisional.

[Portaria n.º 12/2017, de 9 de janeiro](#)

(Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia)

Procede à terceira alteração ao Regulamento do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos.

## 17. TRANSPORTES

[Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro](#)

(Ambiente)

Atribui ao município de Lisboa a assunção plena das atribuições e competências legais no que respeita ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, transfere a posição contratual detida pelo Estado no Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado com a Carris, e transmite a totalidade das ações representativas do capital social da Carris do Estado para o município de Lisboa.



# CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

Dados Gerais:



The screenshot displays the Digesto interface for the document 'Lei n.º 150/99'. On the left, a navigation menu includes 'Análise Jurídica', 'Lei n.º 150/99', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Guias Práticas', and 'Newsletters Digesto'. The main content area shows the following details:

- Lei n.º 150/99**
- Diário da República n.º 213/1999, Série I-A de 1999-09-11
- Tipo Diploma:** Lei
- Número:** 150/99
- Data Assinatura:** 1999-09-11
- Entidade(s) Emitente(s):** Assembleia da República
- Fonte:** DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 213, de 1999-09-11, Pág. 6264
- Entrada em Vigor:** O Código do Imposto do Selo e a Tabela Geral denominada em escudos, anexos à presente lei e da qual fazem parte integrante, entram em vigor no dia 1 de Março de 2000. A Tabela Geral denominada em euros que consta em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, substituirá a Tabela Geral denominada em escudos no dia 1 de Janeiro de 2002. (A alteração da data de entrada em vigor decorre da Lei 176-A/99, de 30-Dez-DR.IS-A [302]Supl)

Below the details, there is a section titled 'RESUMO' with the text: 'Aprova o Código do Imposto do Selo e a Tabela Geral, publicado em anexo. São abolidas, a partir de 1 de Setembro de 1999, as estampilhas fiscais.'

Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

Aplica/Regulamenta:

APLICA/REGULAMENTA

Foi encontrada 1 associação.

Data

Texto

Al. c) do art. 161.º da CRP

## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

Aplicado por/Regulamentado por:



The screenshot shows the Digesto website interface. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', and 'Regulamentação'. The main content area is titled 'Lei n.º 150/99' and shows the publication details: 'Diário da República n.º 213/1999, Série I-A de 1999-09-11'. Below this, there is a search filter for 'Outros Tipos' set to 'Actos de Aplicação' and a 'Pesquisar' button. The section 'APLICADO POR/REGULAMENTADO POR' indicates that 13 associations were found. A table below lists the associated acts:

Data	Texto	Diploma
2015-03-31	Portaria n.º 98-A/2015 - Diário da República n.º 63/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-03-31 (N.º 2 do art. 1º do presente diploma e n.º 2 do art. 60.º do Código do Imposto de Selo (IS))	Portaria n.º 98-A/2015 - Diário da República n.º 63/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-03-31
2014-12-31	Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/M - Diário da República n.º 252/2014, Série I de 2014-12-31 (Código)	Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/M - Diário da República n.º 252/2014, Série I de 2014-12-31

## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

### Modificações Produzidas:

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS	
Foram encontradas 2 associações.	
Data	Texto
1932-11-28	<a href="#">Substitui a Tabela Geral do Imposto do Selo aprovado pelo Dec 21916 de 28-Nov 1932 DG.IS [279]Supl</a>
1926-11-20	<a href="#">Substitui o Regulamento do Imposto do Selo aprovado pelo Dec 12700 de 20-Nov 1926 DG.IS [260]</a>
 <a href="#">Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas</a>	

## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)


### Modificações Sofridas:

**DECRETO-LEI N.º 71/2007**

Diário da República n.º 61/2007, Série I de 2007-03-27

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados

 Exportar  Imprimir

**Outros Tipos:**

**Rectificado por**

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto	Diploma
2012-01-25	Rectificado o art. 1º do Dec Lei 8/2012, de 18-jan, na parte em que altera o art. 28º do presente diploma, pela DECL-RECT.2/2012.25.01.2012.PCM, DR.IS [18] de 25.01.2012	Declaração de Retificação n.º 2/2012 - Diário da República n.º 18/2012, Série I de 2012-01-25



## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

### Retificações:

**Lei n.º 150/99**

Diário da República n.º 213/1999, Série I-A de 1999-09-11

Outros Tipos:

RECTIFICADO POR

Foram encontradas 2 associações.

Data	Texto	Diploma
2015-03-11	Retificado o art. 4.º do Dec Lei 7/2015 de 13-jan, na parte em que altera os arts. 2.º, 3.º, 5.º, 9.º e 23.º do Código do Imposto do Selo, aprovado pela presente lei, pelo(a) Declaração de Retificação n.º 12/2015 - Diário da República n.º 49/2015, Série I de 2015-03-11	Declaração de Retificação n.º 12/2015 - Diário da República n.º 49/2015, Série I de 2015-03-11
2001-03-12	Rectificado o nº 2 do art. 37º da Lei 30-C/2000, de 29-Dez, na parte que altera o nº 8 do art. 30º do Código do Imposto do Selo aprovado pelo presente diploma, pela DECL-RECT.7/2001.12.03.2001.AR, DR.IS-A [60] de 12.03.2001	Declaração de Rectificação n.º 7/2001 - Diário da República n.º 60/2001, Série I-A de 2001-03-12

Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

PARLAMENTO

---

**Proposta de Lei 250/VII: Aprova o Código do Imposto de Selo**

**Autoria**

- Governo

1999-03-11 | **Entrada**

1999-03-15 | **Admissão**

1999-03-15 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

1999-03-17 | **Anúncio**

1999-03-18 | **Publicação**

- [DAR II série A N.º 45/VII/4 . 1999-03-18 (pág. 1211-1221)]

## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

### Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

**Lei n.º 150/99**

Diário da República n.º 213/1999, Série I-A de 1999-09-11

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave:

Imposto do Selo

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e \* (truncatura à direita e/ou à esquerda).

**Pesquisar**

**41 resultado(s) encontrados**

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	09/22/2016	660/15.9yrisb.t1.st	Lopes REGO	Ação de Anulação de Decisão Arbitral Fundamentos: Princípios do Processo Arbitral Julgamento Segundo a Equidade Dever de Fundamentação da Matéria de Facto

## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

### Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

**Lei n.º 150/99**

Diário da República n.º 213/1999, Série I-A de 1999-09-11

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Tribunal Constitucional

Palavra Chave:

Imposto do Selo

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e \* (truncatura à direita e/ou à esquerda).

**Pesquisar**

**3 resultado(s) encontrados**

	07/10/1985	2KB	Processo Constitucional
	10/29/1986	2KB	Reserva Relativa de Competencia Legislativa
	05/31/1989	3KB	Inconstitucionalidade Organica

## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

### Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

**Lei n.º 150/99**

Diário da República n.º 213/1999, Série I-A de 1999-09-11

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Supremo Tribunal Administrativo

Palavra Chave:

Imposto do Selo

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e \* (truncatura à direita e/ou à esquerda).

**Pesquisar**

**250 resultado(s) encontrados**

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	01/27/2010	0922/09	Miranda de Pacheco	Imposto de SELO Usucapião Incidência



## Lei n.º 150/99, de 11 de setembro (Aprova o Código do Imposto do Selo)

### Pareceres da Procuradoria-Geral da República:



The screenshot displays the Digesto search interface. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', and 'Informação Detalhada'. The main content area shows the search results for 'Lei n.º 150/99', including the publication details and search criteria. A search button labeled 'Pesquisar' is visible. Below the search criteria, it indicates '41 resultado(s) encontrados' and shows a table of results.

	Data Notação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
	12/07/1970	P009801670	2KB	Imposto de SELD	Miller Simões
	HC/ML/1970	4444444444	1KB	Sociedade por quotas	Pires da CRUZ

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[digesto@sg.pcm.gov.pt](mailto:digesto@sg.pcm.gov.pt)

Muito obrigada pela sua sugestão